



Ata da Reunião Extraordinária do COMTUR JF realizada no dia 20 de Setembro de 2017

Aos 20 dias do mês de Setembro de 2017, no Museu Ferroviário – Av. Brasil, 2001 – Centro, Juiz de Fora – MG, 36060-010 – reuniram-se as instituições abaixo representadas pelos participantes: Mário William A. de Faria, DITUR/PJF, Marcos Henrique Souza Miranda, da ABRASEL/ZM, Yoshio Shubo, da ABRASEL/ZM, Michele Aparecida da Silva, do DITUR/PJF, Ianca Bertante Camara, do DITUR/PJF, Caroline Sobral de Mello, do JF Convention, Mariana P. C. Pimentel, da UFJF, Geraldo Francisco do Nascimento, do CTCN. Sr. Marcos inicia a reunião situando o COMTUR para o Sr. Yoshio, que estará representando a ABRASEL/ZM. Sr. Marcos apresenta os assuntos que estão sendo tratados pelo conselho nos encontros, como o inventário turístico, a exigência do Estado como mecanismo de permanência na política pública de regionalização, assim como o ICMS Turístico e o Plano Municipal de Turismo, que será o produto final de todas as discussões das reuniões do conselho. Sr. Marcos aponta que a partir da construção do plano, independente das gestões que possa vir, este material é a orientação para todos da linha de frente no segmento. Sr. Marcos completa que para a construção perene do plano municipal é preciso que tenha o inventário turístico atualizado e consistente. Sr. Mário explica que, além disso, o departamento de turismo tem o edital de fomento a projetos turísticos, e as discussões de propostas são feitas a cada ano pelo conselho, assim como a comissão de avaliação dos projetos é feita por uma comissão própria das entidades do conselho. Sr. Yoshio indaga se são projetos públicos. Sr. Marcos explica que há algumas restrições, e os projetos são específicos ao turismo. Sr. Mário dá início às pautas e informa que a proposta discutida pelo conselho referente ao edital foi levada ao jurídico e salienta que o departamento se manteve fora para manter a transparência. Sr. Marcos explica a estrutura da secretaria e o reconhecimento do turismo. Sr. Mário informa que devido ao fato da não revisão do regimento, a gestão do conselho deve seguir o critério do gestor público municipal, não podendo se estender as instâncias estaduais e federais, o que sobrecarrega a prefeitura de alguma forma. Sr. Mário complementa que uma das ações para o próximo ano é a revisão do regimento, a fim de flexibilizar a gestão. Sr. Marcos explica que essa forma de desafogar o setor municipal, pois a execução de ações de políticas públicas é feita pelo departamento. Sr. Yoshio indaga o que foi feito no período de gestão privada. Sr. Marcos informa que foi assumido o compromisso em entregar o Plano Municipal de Turismo, sendo que esta ação, não vai ser finalizada mas está organizada. Sr. Marcos completa que em termos concretos, há reuniões semanais e sendo efetiva no cumprimento de pautas. Sr. Marcos salienta que devido à complexidade do tema turismo ser entrelaçado ao governo do estado e federal, pois na execução torna-se o gargalo assim como falta de recurso. Sr. Mário explica que devido ao fato do conselho ser consultivo e não deliberativo dificulta a tomada de algumas ações. Sr. Mário ressalta que foi pensado estrategicamente em trabalhar a base, em fortalecer a governança pública para posteriormente a esfera privada executar. Sr. Marcos explica que a estruturação é o eixo da política municipal, com o Plano Municipal de Turismo. Sr. Yoshio pergunta quais são os gargalos do plano. Sr. Marcos aponta que inicialmente é o inventário turístico, sendo este o tema da pauta da presente reunião. Sr. Marcos inicia explicando a cobrança em relação a ausência do Circuito Turístico Caminho Novo. Sr. Mário apresenta o Sr. Geraldo, o vice-presidente do circuito. Sr. Yoshio indaga qual o conceito do circuito turístico. Sr. Marcos explica que devido a amplitude do estado de Minas Gerais, com os 853 municípios, o estado organiza em unidades, vários municípios com a mesma identidade econômica, cultural, regional, turística, essas são estruturas chamadas de



circuito turístico, sendo portanto, uma esfera de governança interlocutor dos municípios junto ao estado, e vice-versa. Sra. Caroline complementa que é uma política de descentralização administrativa. Sr. Mário informa que falta suporte estrutural e financeiro por parte do estado para que tenha o bom funcionamento do circuito, e pedem muita cobrança. Sr. Geraldo diz que a presença do gestor é fundamental e salienta a importância de ser um turismólogo. Sr. Mário ressalta a importância da profissionalização do gestor. Sr. Marcos informa sobre a presença em Belo Horizonte, o secretário adjunto que apresenta uma visão de que o turismo é eminentemente privado, o mesmo presidiu um circuito turístico, que em sua gestão foi criando produtos. Sr. Yoshio questiona qual o produto de Juiz de Fora. Sr. Marcos informa que o conceito de turismo está pautado no cultural, patrimônio, eventos, negócios e cerveja, estes que não foram unidos em produto e sim são atrativos. Sr. Marcos resume que o turismo eminentemente da cidade é do segmento de negócios. Sr. Mário retoma a discussão em Belo Horizonte, com a presença dos circuitos o secretário sinalizou o aumento da alíquota do ICMS. Sra. Mariana informa que de 450 passa a 650 o número de municípios circuitados aptos a pleitear o ICMS turístico. Sra. Caroline ressalta a importância de trabalhar a regionalização. Sr. Mário enfatiza a importância da reunião com o secretário e os gestores municipais. Sr. Mário informa que houve uma reunião apenas com a presença do circuito turístico caminho novo, onde o presidente renunciou, por problemas pessoais. Sr. Marcos reforça que solicitou a presença do circuito na secretaria, além das demais formas de contato que não obteve retorno. Sr. Marcos informa que a prefeitura de Juiz de Fora mantém um convênio com o circuito, que dos municípios participantes do circuito, apenas dois contribuem financeiramente, Juiz de Fora e Simão Pereira e posteriormente, Matias Barbosa, ou seja, sempre duas cidades mantendo o circuito. Sr. Geraldo explica a situação dos circuitos. Sr. Geraldo salienta a presença da Daniele Feyo como gestora voluntária, que além das atribuições, valida os dados do inventário. Sr. Marcos informa que o município de Juiz de Fora já pagou e além de ajudar cedendo funcionário, mas é preciso a contribuição do estado. Sra. Mariana salienta que o papel do circuito é ser articulador e trabalhar em divulgação aos municípios. Sr. Geraldo diz reconhecer a falha do circuito caminho novo, da mesma forma em que a falta de responsáveis pelo setor turístico nos municípios dificultam o andamento do circuito. Sr. Yoshio informa que é preciso buscar parceiros para investir em dinheiro e energia para construir projetos e produtos. Sra. Mariana diz que é importante neste momento repensar o circuito, desde o nome, se realmente é representativo para a cidade. Sr. Mário informa que quando se fala regionalização, é preciso pensar na identidade regional. Sr. Mariana disse que o questionamento do nome, é um passo inicial, para definir a identidade do circuito. Sr. Geraldo diz que está discussão do nome se dá desde 2002, pois há uma confusão do caminho novo circuito com o caminho novo em termo de estrada real. Sr. Marcos diz que o nome dos circuitos é muito atrelado a produto. Sra. Mariana destaca os produtos lácteos da região, que pode ser atrelado ao circuito. Sr. Mário defende que já foi estudado essa possibilidade pois toda a inteligência do leite no Brasil está instalada em Juiz de Fora e região. Sra. Mariana destaca a gastronomia. Sr. Marcos esboça que a gastronomia é relevante, é preciso organizar um produto turístico deste setor. Somando ao fato, de que a ABRASEL é atuante nesta área no município. Sra. Mariana diz que o setor mais atuante na cidade é o de bares e restaurantes, sendo que poderá ser explorado, a partir de esforços públicos e privados. Sr. Marcos retoma que é preciso construir um novo modelo e que haverá uma reunião com os municípios para esta finalidade. Sr. Marcos diz que por mais que se reconheça que há deficiências, o COMTUR JF é uma esfera de governança mais legítima e articulada do município. Sr. Marcos prossegue para a segunda pauta, no que se refere ao inventário turístico. Sr. Marcos informa que houve uma negociação com o secretário com a disponibilização de



Conselho Municipal de Turismo – COMTUR JF
Reunião Extraordinária – 20 de Setembro de 2017 – Museu Ferroviário

prazo, mas que precisa ser formalizado. Sr. Marcos fala que ao conversar com o secretário, informa a problemática de cumprir os prazos do inventário, que não condizem com a extensão de Juiz de Fora. Sr. Mário diz que o pontapé inicial será a partir do Portal do Turismo, por ser uma informação macro, que será complementada. Sra. Mariana expõe algumas informações discutidas em BH pelo conselho estadual, primeiramente o inventário é de responsabilidade do município e que será feita de forma online por um portal disponibilizado. Outro ponto, que Sra. Mariana informa é de que a SETUR apoia projetos que são levadas até eles, proposições que sejam estruturadas. Sr. Marcos encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e eu, lanca Bertante Camara, lavrei a presente ata que após ser aprovada será assinada por todos os participantes.

Caroline Sobral de Mello _____ JF Convention
Geraldo Francisco do Nascimento _____ CTNC
lanca Bertante Camara _____ DITUR/PJF
Marcos Henrique Souza Miranda _____ ABRASEL/ZM
Mariana P. C. Pimentel _____ UFJF
Mário William A. de Faria _____ DITUR/PJF
Michele Aparecida da Silva _____ DITUR/PJF
Yoshio Shubo _____ ABRASEL/ZM